

**Os reis negros deserdados da terra: os negros Rufinos de  
quilombo do Sítio São João de Pombal, Paraíba**

***The black kings disinherited of the land: the blacks Rufinos of  
quilombo from the Sítio São João de Pombal, Paraíba***

*Los reyes negros desheredados de la tierra: los negros Rufinos  
de quilombo del Sitio São João de Pombal, Paraíba*

Sergio Luis Rolemberg Farias<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor doutor em Sociologia na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Unidade de Ciências Sociais. E-mail: [sergio.rolemberg@yandex.com](mailto:sergio.rolemberg@yandex.com),  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6977-5424>

**Resumo:** Este artigo se propõe a uma reflexão sobre a constituição da história do processo da demanda territorial da Comunidade Quilombola Rufinos do Sítio São João, paisanos do município de Pombal, da região semiárida do Estado da Paraíba. Para o levantamento de dados necessários à abordagem aqui realizada, recorreremos ao trabalho de campo e à técnica de pesquisa exploratória, com base em fontes secundárias: livros, artigos, documentos, jornais e revistas científicas. O foco principal consiste em demonstrar que a reivindicação da genealogia africana é baseada em uma história marcada pela contribuição importante desses paisanos na construção religiosa, simbólica e cultural da cidade de Pombal. Atualmente, o foco principal de mudança nas narrativas dessa população concentra-se no resgate e na performance da dança do espontão. Para tanto, analisamos o enaltecimento da celebração de certas práticas culturais, as quais se tornaram essenciais ao processo de sensibilização das instituições e da sociedade civil à sua demanda territorial e ao reconhecimento de sua identidade étnica.

**Palavras-chave:** Rufinos; quilombolas; negros; demanda territorial.

**Abstract:** This article proposes a reflection about the history's constitution of the process of the territorial demand of the Quilombola Community Rufinos do Sítio São João, peasants from the semi-arid region of the State of Paraíba. In order to collect the necessary data for the approach taken here, we resort to fieldwork and to exploratory research technique, based on secondary sources: books, articles, documents, newspapers, scientific journals. The main focus is to demonstrate that the claim of the African genealogy is based on a history marked by the important contribution of these peasants in the religious, symbolic and cultural construction of the city of Pombal. In order to do so, we analyze the valorization of some cultural practices, which has become essential to the process of sensitizing institutions and civil society to their territorial demand and the recognition of their ethnic identity.

**Keywords:** Rufinos; *quilombolas*; black; territorial demand.

**Resumen:** Este artículo se propone a una reflexión sobre la constitución del historia del proceso de la demanda territorial de la Comunidade Quilombola Rufinos do Sítio São João, paisanos de la región semiárida del Estado de Paraíba. Para el levantamiento de datos necesarios para el abordaje aquí realizado, recurrimos al trabajo de campo y la técnica de investigación exploratoria, con base en fuentes secundarias: libros, artículos, documentos, periódicos, revistas científicas. El principal foco consiste en demostrar que la reivindicación de la genealogía africana se basa en una historia marcada por la contribución importante de esos paisanos en la construcción religiosa, simbólica y cultural de la ciudad de Pombal. Para ello, analizamos la valorización de algunas prácticas culturales, la cual se ha vuelto esencial al proceso de sensibilización de las instituciones y de la sociedad civil a su demanda territorial y al reconocimiento de su identidad étnica.

**Palabras clave:** Rufinos; cimarrones; negros; demanda territorial.

## **1 INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 1980, um fenômeno sem precedentes apareceu na sociedade brasileira: as populações pobres e negras das zonas rurais passaram a reivindicar sua genealogia afrodescendente. Este fato não ocorreu por mero acaso, são resquícios que a história brasileira carrega da colonização violenta: o genocídio indígena, a escravidão longa e deletéria, assim como a incapacidade de implementar uma reforma agrária que permitisse às populações negra e pobres ter acesso à terra. Esse quadro social e político constitui uma realidade na qual a luta pela terra, pelo teto e pelo trabalho marca a vida cotidiana de grande parte da população pobre rural do Brasil.

As comunidades remanescentes viveram séculos de invisibilidade, a qual, no passado, até poderia se configurar como uma forma de proteção contra as ameaças externas, porém, hoje, todas essas comunidades lutam por reconhecimento, direitos territoriais, bem como a preservação de suas culturas. Assim, os processos étnicos são construções decorrentes de mudanças políticas, nas quais as pessoas redefinem sua autoimagem e sua relação com seu passado. Ao comemorar, as comunidades remanescentes de quilombo relembram e interpretam. Dessa forma, elas visam exercer o controle sobre os seus direitos territoriais estabelecidos na Constituição de 1988, Artigo 68 (BRASIL, 1988).

A importância desses povos é tamanha que eles estão espalhados em 42 comunidades quilombolas pelos 26 municípios paraibanos. Nos documentos recentes sobre a relação entre os ritos de celebração e a territorialidade no Brasil, os Rufinos recebem questionamentos como: a classe social provoca o processo de invenção cultural? Ou seria o inverso? São os fenômenos da identidade que precedem as questões de classes? Não há uma resposta categórica a essas questões, pois esses processos respeitam uma lógica, na qual uma variável influencia e é influenciada por outra. Contudo acredita-se que, para este estudo, a classe social favoreceu a mobilização do pertencimento étnico do quilombo<sup>1</sup> dos Rufinos em sua luta pela pequena propriedade rural do Sítio São João.

---

<sup>1</sup> A abolição da escravidão ocorreu em 13 de maio de 1888 e hoje é estimado que 4.000 comunidades descendentes de quilombo existam no Brasil (KENNY, 2018).

Os membros dos Rufinos que habitam no Sítio São João são trabalhadores rurais que vivem da colheita, do pastoril e da venda de seus animais. Estes são os paisanos que trabalham sobre seus próprios lotes de terra ou de suas famílias. Contudo há também os que trabalham em propriedades de outros sítiantes, recebendo por horas trabalhadas enquanto meeiros<sup>2</sup>.

Ao longo deste artigo, abordaremos a chegada dos Rufinos ao Sítio São João, a contribuição econômica e cultural que os pretos trouxeram para essa região brasileira, as estratégias desenvolvidas para sair da invisibilidade social e a questão territorial, como as propriedades que querem reaver e as dificuldades que vão desde uma reforma agrária que não acontece de forma eficaz até as exigências burocráticas para apresentação de documentação que comprovem seus direitos e laços étnicos como herdeiros.

## 2 CONTEXTUALIZANDO O TEMA

O presente artigo aborda as perspectivas históricas e antropológicas a fim de compreender como os quilombolas Rufinos criam espaços de sociabilidade. Um dos obstáculos, que se apresenta para uma análise mais aprofundada desta comunidade, consiste na falta de um maior detalhamento contido em sua oralidade. Este fato dificulta ao pesquisador descobrir os aspectos do passado. O máximo que a análise oral pode atingir são os fragmentos da memória, que se referem à terceira geração que precede os atuais residentes dos quilombolas do Sítio São João (CAVINGNAC, 2008).

Assim, outra questão a ser abordada é saber como esta comunidade, que tanto contribuiu à cultura religiosa e à economia local, desenvolveu estratégias para reagir à exclusão à qual esteve submetida durante anos. No Brasil, na grande maioria dos casos das comunidades quilombolas estudadas, as produções étnicas dos grupos de paisanos excedem aos resultados das lutas por lotes de terra. Por isso, é uma verdadeira reinvenção

---

<sup>2</sup> O meeiro ocupa-se de todo o trabalho e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho (HOUISS; VILLAR; FRANCO, 2003, p. 346).

dos deserdados, aos quais não havia outra opção, senão se reinventar das formas mais diversas possíveis.

Contudo é preciso esclarecer que existe uma diferença dos sujeitos sociais quando nos referimos às comunidades negras rurais e quilombolas. As comunidades quilombolas são aquelas que têm o processo de reconhecimento da sua identidade junto à Fundação Cultural Palmares (FCP), enquanto as comunidades negras rurais ainda não se autoidentificaram como comunidades quilombolas. Percebe-se, então, que são os mesmos sujeitos históricos, cuja diferença se dá pela existência ou não da Certidão de Autorreconhecimento, concedida pelo Estado, através da FCP (SANTOS; SILVA; GERMANI, 2011).

A história recente da modernidade nos mostra que, havendo a falta de políticas públicas oferecidas pelo Estado de Direito, as quais possam permitir as massas de ascender aos bens de base, a população pobre é forçada a se reinventar com o propósito de conquistar seus interesses. Entretanto a luta étnica não foi uma opção, pois o regime de escravidão imposto pelos portugueses impedia qualquer tipo de organização dos negros em torno da união de valores, visando impor o modelo de ordenamento de relações nos moldes da Europa, a diferença entre as etnias. Por isso, a ordem foi semear a diferença, uma vez que a união dos escravos era potencialmente perigosa. O resultado dessa política foi uma socialização baseada no termo bipolar: branco e preto.

Assim, o sistema escravocrata operou para tornar o escravo um negro genérico, destituído de seu potencial organizativo subversivo. Então, o negro se tornou um subordinado cuja única forma de identificação era baseada em critérios de raça. Desenraizados, destituídos de seus valores primordiais e de sua memória, restou aos negros a possibilidade de transferir seus valores culturais à terra na qual habitavam.

Dessa forma, o impedimento da organização em termos étnicos os obrigou a recorrer à via local, exigindo o amparo da lei nos termos fundiários estabelecidos desde a implementação da Lei de Terras de 1850. Como esta via se revelou ineficaz, eles adotaram a estratégia aberta pelo artigo 68 da Constituição de 1988 para reivindicar as terras com base em critérios étnicos (SILVA, 2017). No entanto, para que se atinja essa meta, é preciso que

haja um processo de redefinição de suas tradições e de suas estratégias, adaptando suas narrativas e táticas do momento.

Portanto tais mudanças, via de regra, visam forçar o Estado a ampliar os direitos e, dessa maneira, a população pretende ter a obtenção do reconhecimento jurídico e social. Conforme diz Barthélemy (1990), uma das raras exceções encontradas é a paisanaria haitiana, a qual foi historicamente privada do apoio de suas elites. Esses paisanos parecem minimizar as iniciativas do Estado com o intuito de os integrar às políticas de adequação à racionalidade moderna do mercado. Esta posição autônoma da população paisana haitiana é interpretada por muitos como uma falta de lógica ou racionalidade dessas populações. Na verdade, esses paisanos preferem reproduzir as formas tradicionais de produção, em vez de se submeterem às políticas implementadas pelo Estado.

Assim, a mudança de práticas sociais e das comemorações festivas, comumente verificadas nas populações reconhecidas oficialmente como grupos quilombolas, visa escapar à invisibilidade social e promover uma narrativa e ambiente favoráveis à integração social e à atração de projetos que lhes assegurem uma maior sustentabilidade econômica e cultural.

Portanto, no quilombo dos Rufinos, a dança do espontão se tornou um dos principais eventos, revelando um processo de mudança de percepção da identidade corporal e de sua identidade coletiva. Mesmo que para outras comunidades encontrem-se outros aspectos da cultura, todos se resumem a estratégias para recriar suas histórias e suas narrativas, como meio de escapar à exclusão social, à marginalização e aos diversos tipos de violências que são produzidas e reproduzidas, sob as formas mais ou menos sutis de preconceitos, racismos e estereótipos.

Logo, a violência sob as mais diversas formas é um componente cotidiano das comunidades quilombolas. De acordo com estudos realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2016, a violência na zona rural superou todos os índices anteriores. Ocorreram 1.295 conflitos fundiários em 2016 e, desse total, 1.079 tiveram alguma forma de violência. Este é o número mais elevado depois que a CPT começou sua pesquisa em 1985. No Piauí, na região de Matopiba, houve um aumento de 300% no índice de conflitos fundiários (SILVA, 2017).

## **2.1 Estratégias de reinvenção**

O estudo dos fenômenos de reinvenção cultural, que em numerosos casos pode produzir um processo de etnização das populações paisanas, torna-se ainda mais essencial no mundo atual dominado pela liquidez das relações sociais e pelo sentido de instantaneidade.

A fim de revelar como essa premissa se articula com a realidade concreta dos indivíduos em sua vida cotidiana, esse texto discutirá como os *quilombos* dos Rufinos abraçam e reforçam os valores culturais da negritude e começam a sublinhar as suas especificidades culturais através de suas práticas e festividades. Ressalve-se que utilizamos aqui a crítica aos conceitos de negritude (movimento literário emergido durante a Guerra Fria cujo cerne se funda na narrativa do orgulho de ser negro) elaborados por Frantz Fanon (1952), pois este autor a considera uma mistificação, um essencialismo, sujeito ao uso político, podendo manifestar-se como uma reação patológica ao colonialismo.

A comunidade quilombola dos Rufinos estabelece uma conexão com o passado de diversas maneiras. Entre elas, existe o espontão, que é, de todos, o menos pesquisado com relação ao seu processo de teatralização na dança dos espontões.

## **2.2 A dança do espontão**

O significado principal do rito da dança dos espontões reside em um louvor coletivo dos pretos à sua padroeira, *Nossa Senhora do Rosário*. Os membros que dançam os *espontões* o fazem para honrar a proteção obtida de Nossa Senhora do Rosário, quando os fiéis venceram a batalha contra os muçulmanos no século XII, durante as Cruzadas (SIMÃO, 2010; ARAÚJO, 2014).

O estudo da performance da dança dos espontões nos traz o significado de entrar no corpo e nas dimensões temporais desta população. A dança espontânea revela o corpo onde residem as vitórias, as derrotas e as experiências acumuladas no curso da existência. A dança é muito mais do que se projetar no espaço móvel, pois a dança é antes de tudo uma arte.

Do ponto de vista da arte, a dança do espontão é o canal em que se exprimem sentimentos individuais e coletivos. A análise da performance do espontão nos permite revelar um vasto campo de conhecimento, pois ela sintetiza as simbologias, as práticas individuais e coletivas acumuladas no decorrer do tempo por essa população.

A dança do espontão reúne aspectos individuais e coletivos e, por tal fato, pode assumir o papel de evento político. Ela, assim como as demais danças, visa influenciar o público transmitindo a este uma narrativa de seu corpo e uma crônica de seu grupo. Tal consideração se dá em função de a dança ter se tornado uma instituição, que permite aos quilombolas dos Rufinos estabelecerem laço imediato entre seu passado e o presente, com a perspectiva de mudar este último. Ainda que a performance da dança do espontão tenha se tornado um evento recorrente com a popularização da causa quilombola, o palco tradicional de performance dessa dança ocorre durante a celebração da Festa do Rosário.

Sendo a Festa do Rosário a manifestação religiosa mais importante da cidade de Pombal, os dias de Festa do Rosário são comandados por um chefe: o sargento, que coordena as performances do grupo, habitualmente composto por doze soldados brandindo hastes de metal coloridas, os quais dançam e batem as hastes sobre o solo, seguindo o ritmo do fole, da caixa, do tambor e do triângulo. O itinerário consiste em ir à feira e pedir contribuições aos comerciantes e ao público; em seguida, o grupo dirige-se à paróquia, onde todos dançam e reencontram o rei da confraria dos pretos.

As festividades ocorrem de setembro ao primeiro domingo de outubro, momento do grande apogeu, com a vinda de peregrinos de todas as regiões, manifestações dos grupos folclóricos, os Espontões, os Congos e o Reisado finalizando a festa.

Em seu último ato de louvor, os membros do grupo dos espontões se concentram em frente à matriz. Nesse momento, pode-se constatar que as lideranças da Confraria e dos espontões se distinguem dos demais, pois, diante da massa de fiéis, juntos dos padres locais e demonstrando certa intimidade, eles conduzem os últimos atos e as mensagens que encerram essa festa de extrema importância para os pretos e os fiéis.

Percebemos que os poucos dias dedicados à Festa do Rosário significam para os pretos a oportunidade de se liberarem do papel de subordinado e se tornarem reis, autoridades e soldados de Deus. Eles vivem alguns dias de inversão do *status* social, assumindo os papéis importantes na celebração e teatralizações das danças folclóricas do espontão, congado e reisado. Após as festividades, os Rufinos retornam ao trabalho e ao cotidiano esquecimento.

A fim de lutar contra esta invisibilidade social, eles têm desenvolvido uma colaboração com pesquisadores, trabalhando em parceria com associações e universitários locais, na produção de um vídeo sobre a comunidade e a dança do espontão. Esse trabalho de produção midiática tem por objetivo valorizar a imagem da comunidade junto à sociedade, bem como aprimorar as manifestações culturais e as danças de origem africana.

Vê-se com nitidez o desejo desses povos de que esse projeto consiga uma maior visibilidade para suas necessidades. Por isso, eles almejam, acima de tudo, que medidas concretas sejam colocadas em prática com a finalidade de se tornarem efetivamente os proprietários de seu território, além do respeito da sociedade, que eles não notam nas relações atuais entre brancos e negros da localidade<sup>3</sup>.

Os pretos da comunidade, apesar de sua inestimável contribuição histórico-cultural e econômica ao desenvolvimento da cidade, são tratados pejorativamente como “Pretos da Irmandade”, pretinhos dos espontões, pretos do quilombo, asilados<sup>4</sup>. Assim, dramatizando a dança dos espontões e participando da Confraria dos Pretos do Rosário, eles tentam escapar da condição em que se encontram de pessoas relegadas pelo Estado e pela sociedade brasileira.

---

<sup>3</sup> A segregação à qual estão submetidas as comunidades quilombolas do semiárido define quem tem acesso à escola, a tratamento médico, às políticas de habitação. A delimitação dos que são detentores de direitos, cidadãos, contra os destituídos não é uma consequência expressa e voluntária, mas ela é, sobretudo, fruto de uma estrutura social herdada do Brasil Colônia e dos mais de 300 anos de escravidão. Esta impôs relações baseadas nos vários tipos de desigualdades e cuja fonte de legitimação são cor e raça, classe e propriedade da terra (KENNY, 2018, p. 23).

<sup>4</sup> O termo “asilados” se refere às pessoas desprovidas das condições mínimas, podendo ser consideradas de extrema pobreza.

Todo trabalho de organização e de teatralização desta dança lhes atribui um sentimento de coletividade, de pertencimento a um passado comum e único. Esses fatores lhes permitem resistir às pressões sociais e lhes oferecem a motivação para continuar a lutar por suas terras e cultura. Então, surge o seguinte questionamento: como e em que medida a dança dos espontões mudou a vida dessa comunidade? Em uma tentativa de responder a esta questão e a uma série de outras, voltamos ao Sítio São João para encontrar os membros da comunidade Rufinos.

### 2.3 O Sítio São João e as festas juninas

Chegamos a Pombal em junho de 2017, tendo permanecido em uma residência durante cerca de um mês. Este período foi extremamente oportuno, pois permitiu conhecer um pouco mais sobre a história e a vida cotidiana dessa população.

Investigando, percebemos que a maioria de seus habitantes conta a história dos primeiros familiares que chegaram à atual pequena propriedade rural de São João. Segundo eles, a população se compunha de negros paisanos que possuíam suas terras há aproximadamente cento e cinquenta anos. Nesse período, Antônio Rufino comprou as terras que correspondiam a sua atual propriedade: São João. É importante ressaltarmos que a maior parte de seus relatos se relaciona à maneira como eles se mobilizaram para tornarem-se proprietários de seu território. Portanto as descrições aqui apresentadas são resultado dos relatos e dos rituais corporais de seus habitantes.

Nossa visita ocorreu em um momento especial para a população, que comemorava as festividades juninas, as quais são consideradas típicas do povo da região Nordeste do Brasil. A festa celebra as tradições rurais; é conhecida como Festa do Matuto<sup>5</sup>, e os habitantes adoram esse momento.

Comprovando a importância das festas juninas para o povo paraibano, o Parque do Povo é estimado como a maior área pública destinada à

---

<sup>5</sup> *Matuto* é o termo para designar os que não habitam na cidade, são as populações paisanas portadoras de uma cultura cristã muito forte e de uma ética baseada na solidariedade (CUNHA, 2008).

celebração dessa festividade em todo o Brasil. Ele está situado em Campina Grande, que é a segunda maior cidade do Estado da Paraíba.

Dessa forma, a festa junina significa a colheita do milho, a fabricação de vários tipos de alimentos feitos de milho e de coco. A Festa de São João, que ocorre em vinte e três de junho e é a mais importante dos festejos juninos, é o tempo de celebrar a abundância com as numerosas danças em grupo (quadrilhas) ou em casal. As danças são embaladas pelos ritmos locais (xote, xaxado e baião). Os quilombolas, bem como toda a população do Nordeste, ornamentam uma área específica, designada para dançar o forró – este espaço é chamado de Arraial.

Tivemos a oportunidade de presenciar como essa celebração é importante para a população local, uma festa ancorada na tradição familiar nordestina, igualmente festejada com entusiasmo pela população dos Rufinos do Sítio São João e por seus convidados.

No ano de 2017, a Festa de São João ocorreu na casa de um membro da comunidade, conhecido como “Negro Gobira”; no ano anterior, havia sido na casa de seus vizinhos, Dora e Mazinho. A entrada custava dez reais para os homens, já as mulheres tinham entrada gratuita.

Na divisão de tarefas, Gobira, que deve ter por volta de oitenta anos, seus filhos e sua família organizaram a compra das bebidas, contrataram um grupo musical e prepararam o espaço para a improvisação de uma pista de dança. Apesar de a festa reunir quase todos os habitantes do sítio, recebem amigos de regiões adjacentes e até de cidades distantes; trata-se de uma festa privada, cujos objetivos são gerar renda para o organizador, bem como para os encarregados.

A festa inicia-se às vinte horas, com duração de aproximadamente oito horas. Durante a festa, o sentimento de exclusão e a experiência de discriminação cedem lugar a algumas horas de prazer. Conforme Kenny (2018), as comemorações são fatos sociais de importância capital, que, por intermédio do processo de interpretação, memorização e comemoração, possibilitam a redefinição dessa herança cultural.

As festas comemoradas no mês de junho são consideradas um momento especial e também significam o reencontro de várias gerações, uma ocasião única, momento de celebrar as lembranças do passado e atualizar

as novidades do presente. Com isso, as festas juninas de Pombal ocorrem nas pequenas propriedades rurais, sendo essa cidade uma das raras que não contam com o financiamento do governo local para o evento.

Durante as festividades juninas, os membros da comunidade se encontram – são reunidas diferentes gerações. A festa conta com pessoas da cidade de Pombal e das cidades vizinhas, é uma ocasião de muita alegria e descontração. A celebração é momento de comunicação, recordações e reinvenção de práticas e significados, momentos que realimentam a significação étnico-indenitária e dão coesão e norte às suas reivindicações.

## **2.4 O Sítio São João**

Destacamos que são vários proprietários das terras do Sítio São João; eles são herdeiros de Antônio Rufino e se encontram na terceira geração. No ato da partilha, eram doze herdeiros, cada um tinha por direito a trinta e quatro hectares. Atualmente, apenas nove desses herdeiros conservam os lotes de terra herdados.

A história de vida da atual líder da comunidade, Doralice (conhecida sob o nome de Dora), é marcada por uma combinação de diferentes atividades: paisana, comerciante e atualmente dona de casa. Ela nos explicou as recentes iniciativas de mobilização comunitária, como os membros da comunidade dos Rufinos trabalham nos dias atuais pela valorização da dança do espontão. Ela afirma que se organizaram com a cooperação da comunidade universitária e produziram um vídeo, o qual mostra os habitantes desse quilombo dançando o espontão. Esse mesmo vídeo mostra também a participação dos quilombolas da cidade de Triunfo, conhecidos sob o nome de “Os Quarentas”.

Ela considera a produção do vídeo muito importante para o quilombo e as outras comunidades quilombolas do Sertão da Paraíba, pois assim terão mais visibilidade e destaque para as suas culturas, e espera que, através dessas produções, possam se opor à secular exclusão dos pretos.

Dora esclarece que não há escola na comunidade e que este é um dos seus objetivos, além de criar um posto médico. Hoje, os médicos realizam as consultas na sua casa, uma vez que não há consultórios na região. Segundo

ela, a reclamação de base consiste em recuperar as propriedades vendidas pelos herdeiros de Antônio Rufino.

Uma sugestão de Dora para resolver a situação seria o Instituto de Reforma Agrária (INCRA) comprar as pequenas propriedades rurais situadas no interior da região do quilombo, cujos proprietários não possuem laços com os Rufinos. Ela acrescenta que os nove proprietários quilombolas se interessam na titulação definitiva dessas terras.

Mazinho, o marido de Dora, é um dos netos e herdeiros de Antônio Rufino. Ele gosta de trabalhar com a terra, planta milho e feijão. Levanta-se de madrugada para pastorear as poucas cabeças de gado. Sendo assim, ele não compreende porque as novas gerações não querem mais trabalhar na terra, como seus avós, uma vez que trabalhar a terra, cultivar, plantar, colher e se ocupar dos animais é um trabalho simples e magnífico.

Conforme declaração do próprio Mazinho, ele trabalhava em uma indústria de metalurgia em São Paulo, nos anos 1980. Seu pai lhe pediu que continuasse o trabalho de camponês, e assim o fez. Mazinho afirma que não ousaria voltar a São Paulo, sendo esta uma terra de violência e trabalho desumanizante. A terra para Mazinho é o que dá significação à sua vida, ela fornece tudo. No entanto ele acrescenta que o problema não é a terra por si mesma, mas os homens e a política.

Mazinho é um dos filhos da comunidade, foi criado no Sítio São João. Ele tem sessenta e cinco anos e, cada vez mais, assume grande importância no local, pois é um repositório de memória e das histórias dos ancestrais dos pretos deste quilombo. Dora, sua esposa, ocupa-se mais da ação política; ela afirma que “não há conflito entre quilombolas e os outros residentes”.

Sobre a chegada dos Rufinos ao Sítio São João, Mazinho conta que eles viviam na montanha conhecida como Serrote do *Capuxu*, situada a alguns quilômetros do Sítio São João. O fazendeiro, que possuía a área correspondente ao atual Sítio São João, vendeu-a para Antônio dos Rufinos, que era o avô de Mazinho. Este, de posse de suas economias, trabalhou na fazenda e também em outras propriedades, fabricou barragens e tornou-se um empreendedor.

A história da vida de Dora e Mazinho resume um pouco da vida de cada um dos residentes desse quilombo. O casal equilibra os trabalhos da pequena

propriedade rural com a comercialização de animais e de produtos agrícolas, estes são vendidos nas festividades da cidade e em eventos como as comemorações de São João. Hoje, eles têm uma vida mais tranquila, pois possuem a aposentadoria rural, cada um recebe cerca de oitocentos reais por mês.

Para Dora, o povo de Pombal tem uma relação particular com os negros da comunidade. Assim, essa aparente atmosfera de amizade, que não se sustenta muito, entre os habitantes urbanos e rurais, tem origem em valores tradicionais perpetuados pelos estereótipos e piadas que opõem os primeiros (mais alfabetizados, modernos) em relação aos últimos “da roça”. Esta hierarquia se torna mais acentuada na relação entre “o povo da rua” (da zona urbana de Pombal) e os pretos do quilombo. O “povo da rua” se refere habitualmente aos pretos do Sítio São João, os Rufinos, como asilados – termo que no local se refere à população sem posses, miserável, vagabunda.

Nas comunidades quilombolas da Paraíba, as mulheres ocupam uma posição de primeiro escalão, principais dirigentes políticos de suas comunidades de origem e do movimento para reivindicar a territorialidade. No Sítio São João, isso não é diferente. Dora, enquanto líder dos Rufinos, é um bom exemplo. Na casa, ela segue o papel tradicional de dona de casa, ocupa-se com a família, porém aparenta grande liberdade ao exercer atividades realizadas no universo fora do lar.

Dora se revela a principal interlocutora do *quilombo* dos Rufinos, com uma notável capacidade de se comunicar com os sujeitos ligados à política. Ela é um incontestável exemplo de liderança. Embora tenha estudado pouco, possui uma inteligência e determinação que são reconhecidas pelos habitantes da cidade. Ela trabalha sem parar em proveito da comunidade quilombola e na organização dos Rufinos para que conquistem suas terras. Ela está à frente das campanhas para os quilombolas, assim como para os moradores das vizinhanças do quilombo.

Dora, enquanto dirigente da Associação Antônio Rufino, participa e dirige os debates com as autoridades locais e o governo do Estado. Esta nova realidade do gênero nas zonas rurais revela a proeminência de algumas mulheres a partir dos anos 1980. A autoridade da mulher se torna uma parte importante da vida cotidiana, conforme demonstram recentes estudos, em que se torna presença central no debate das questões política e identitária.

As mulheres têm se tornado a mola propulsora que catalisa os ressentimentos através da politização, sentimento privado em bem público. Segundo Barreira (2017), nas articulações entre família e política, elas ocupam um papel central na construção da visibilidade pública do sentimento. As mulheres deram visibilidade às violências e injustiças, fato este que possibilita um combate público mais eficaz contra a impunidade.

Corroborando as análises de Barreira (2017), observa-se na família de Mazinho uma divisão do trabalho político no quilombo dos Rufinos: o homem é compreendido como guardião da memória, mas, ao mesmo tempo, incapacitado para falar de questões políticas, que ficam ao encargo de Dora e de sua filha. Portanto as mulheres são as responsáveis pela gestão dos sentimentos, as representantes, e assim assumem a posição de guardiãs dos lados sociais, capazes de ações decisivas em momentos de impasses.

Assim, as mulheres transformam as perdas em valoroso capital simbólico contra as injustiças. Essa transferência de capital político as coloca no papel que antes era ocupado pelo pai de família. As mulheres são as responsáveis por difundir o sentimento na esfera pública, cuja finalidade é aumentar a credibilidade das campanhas. A participação das mulheres dá visibilidade ao sentimento de injustiça e proporciona legitimidade aos membros do quilombo.

Dessa forma, é em meio a esse período de maior descontração que pudemos ouvir alguns de seus habitantes e perceber os dois lados da mesma realidade. Os Rufinos orgulham-se da história dos negros, de suas contribuições à construção das representações da cidade de Pombal, porém é nítido o sentimento de frustração deles, em virtude de não serem valorizados.

Erivan Figueiredo de Lima, residente do Sítio São João, foi vereador no período de 2012 a 2015 e, antes de assumir o mandato de vereador, presidiu a Associação dos Trabalhadores do Sítio São João. Ele declara que as reivindicações da comunidade foram pouco discutidas na Câmara e na prefeitura. Erivan nos conta que o período em que atuou como vereador de Pombal foi muito importante para a população do Sítio de São João, pois eles conseguiram quarenta e oito caixas d'água para os poços artesianos. Este foi um projeto da prefeitura que, na época, estava sob administração do Partido dos Trabalhadores.

## 2.5 A integração dos negros na população e suas contribuições

Os primeiros pretos inseridos na região povoaram a cidade de Pombal, que se tornou o polo de distribuição dos escravos da região semiárida do estado da Paraíba. A Igreja Católica se tornou uma das principais instituições que permitiram a integração com a finalidade de assegurar o controle desta população. Os homens pretos escravizados contribuíram com um conjunto de crenças do sincretismo originário do continente africano, entre os quais há certos costumes da tradição mulçumana.

Os pretos, os escravos e os libertos construíram a primeira igreja da cidade e os ancestrais dos Rufinos fundaram a *Fraternidade dos Negros do Rosário* pouco tempo após a construção da Igreja. As pesquisas mais recentes indicam que, contrariamente ao registro oficial da Fraternidade, que data de 1895, ela funcionava desde 1777 (SIMÃO, 2010; ARAÚJO, 2014).

De maneira geral, os Pretos de Pombal contribuíram na formação econômica e cultural da cidade, no entanto, a contribuição dos Pretos dos Rufinos se distingue, posto que exerceram um papel central na constituição das práticas de devoção e de fé do catolicismo de Pombal.

O papel da Igreja se revelou fundamental no momento de admissão dos pretos como fiéis do catolicismo pela Fraternidade dos Negros do Rosário. Os escravos e os pretos libertos foram, ao longo dos séculos, submetidos aos cânones católicos e inseridos na hierarquia assimétrica da sociedade escravista, uma vez que a igreja, por intermédio da Fraternidade, dava aos escravos uma via de participação à vida social, mas limitada aos ditames de uma sociedade extremamente hierarquizada.

A integração dos pretos na população de fiéis da Igreja Católica seguiu o modelo da irmandade dos pretos vinda de Portugal. A Igreja na Colônia implementou o projeto da metrópole, cujo objetivo era integrar e controlar a população vinda da África com as suas práticas religiosas, as quais eram muito diferentes entre si. Assim, no Brasil, os pretos puderam construir as igrejas, propagar e aumentar a fé católica a partir do século XVIII.

As duas principais igrejas católicas de Pombal tinham o nome da padroeira. A primeira foi inaugurada em 1721 e, atualmente, é a Igreja de

Nossa Senhora do Rosário. A atual paróquia de Pombal foi construída em 1897 e ainda mantém a mesma nomenclatura de Igreja da Nossa Senhora do Bom Sucesso. A celebração da festa da padroeira desta igreja ocorreu inicialmente em 1950; embora não atraia muitos fiéis, é celebrada anualmente no mês de maio.

A festa com o maior número de devotos é a celebração de Nossa Senhora do Rosário, copadroeira de Pombal e protetora dos pretos da cidade. Esta festa contribui em todos os segmentos da sociedade de Pombal. Graças ao reconhecimento da religião pela sociedade, os pretos conseguiram constituir um lugar no qual fossem aceitos e assumiram um papel importante no seio da comunidade, apesar da discriminação ainda prevalecer até os dias atuais.

Manuel Antônio Maria de Cachoeira, o primeiro rei da Fraternidade do Rosário, tornou-se um dos personagens mais importantes da história da resistência dos Pretos de Pombal<sup>6</sup>. Segundo os relatos, ele viajou três vezes a pé até Olinda (uma viagem de 30 a 40 dias) para obter a autorização do bispo da fundação dessa confraria.

Consta nos relatos de estudiosos do tema que os padres da cidade de Pombal se opuseram à criação de uma fraternidade religiosa dos pretos. Razão essa que levou Manuel Antônio de Cachoeira a viajar por diversas vezes até Olinda. Ao chegar lá, ele encontrou também os padres que eram contrários às suas ideias, pois ainda mantinham sentimentos preconceituosos contra os pretos. Esse posicionamento exigiu que ele lutasse muito para que seu projeto fosse aceito pelas autoridades religiosas (ARAÚJO, 2014, p. 28).

A instituição da Fraternidade dos Negros do Rosário tem a função de vigiar, punir, controlar e apoiar a população dos pretos locais. Em caso de violência ou morte contra os pretos, a confraria pode advertir sobre os excessos e apoiar as populações mais pobres. Em muitas ocasiões, foi permitido aos pretos criarem estratégias a fim de evitar o racismo estruturante (o

---

<sup>6</sup> Maria Joaquina das Vassouras, esposa de Manuel Antônio Maria de Cachoeira, escrava pertencente à família de Rufino, tornou-se a primeira rainha da Irmandade do Pretos do Rosário durante o século XVIII (ARAÚJO, 2014).

racismo que visa não somente à população afrodescendente, mas também aos descendentes das populações indígenas) da cidade de Pombal<sup>7</sup>.

É importante destacarmos que as confrarias permitem aos pretos adorar os santos católicos e têm contribuído para a constituição de um catolicismo brasileiro, no qual sua população é autorizada a crer nas entidades, nos negros ancestrais e nos feitiços, os quais não estão presentes no catolicismo romano. Elas representam um espaço de liberdade para os escravos e negros libertos, ainda que estejam sob o comando da Igreja ou dos brancos.

Assim se dá a conexão dos Rufinos com o culto a Nossa Senhora do Rosário; esta revela uma profunda intimidade, pois os membros que compõem o grupo de dança do espontão são aqueles filiados à referida confraria. Vale salientar que, entre os grupos que compõem hoje a celebração do Rosário – os Reisados, os Congos e os Pontões –, esta é a única manifestação folclórica que possui laços históricos, como os negros que participam na teatralização da dança dos espontões.

Portanto percebemos que os Rufinos têm papel de destaque no que se refere às contribuições culturais para a cidade de Pombal, uma vez que estes são história viva daquela região e por isso merecem não só respeito dos moradores locais e da população em geral, como também que sua luta seja apoiada para conseguirem a tão almejada regularização da terra dos Rufinos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos, com este estudo, comprovar que há uma vasta demanda dos Rufinos, no entanto, atualmente, sua principal preocupação é a reivindicação fundiária. Esta questão se torna mais importante a cada dia, em razão do forte significado que há para eles. Obter os lotes perdidos e recuperar

---

<sup>7</sup> Os pesquisadores da sociologia brasileira, como Florestan Fernandes (1964), introduziram no Brasil uma análise inovadora, na qual se referem ao racismo brasileiro como um fenômeno arraigado à estrutura social. Assim, a estrutura social é considerada como a produtora e reprodutora das relações sociais fundadas sobre as hierarquias, de acordo com as diferenças regionais e, sobretudo, os critérios fenótipos.

a integridade do espaço inicialmente herdado não significa somente obter novamente os lotes privados. Segundo esses quilombolas, a identidade cultural deles somente pode se perpetuar de forma íntegra e genuína se eles obtiverem a totalidade de seu território, garantindo, assim, sua memória às gerações futuras. Com isso, a terra dos Rufinos é o lugar onde se sintetizam as experiências de várias gerações, seus cotidianos, costumes, conhecimentos e o verdadeiro sentimento dos quilombolas.

Entretanto a doação das terras está regida por leis complexas, a legislação vigente exige uma documentação da qual as comunidades têm diversas dificuldades para conseguir. Uma vez que a demanda que se apresenta mais imediata aos Rufinos é a aquisição dos títulos definitivos de terras que compõem o Sítio São João, fica a necessidade de leis mais flexíveis. Este processo se tornou ainda mais complexo após a crise política de 2016, que interferiu diretamente nos direitos das populações tradicionais. Uma dessas ações que atingem as comunidades tradicionais visa à redução das atribuições do INCRA e à contestação do Poder Executivo, que até então exerceu uma competência exclusiva na determinação de suas doações de terra da União.

Os habitantes da zona urbana de Pombal, apesar de reconhecerem a importância e contribuição dos pretos, permanecem tendo atitudes de menosprezo em relação aos quilombolas pretos. Este sentimento de superioridade e de desprezo aos negros por parte dos habitantes da zona urbana não é um simples acaso, ele é resultado de anos de escravidão e preconceito aos descendentes destes.

As diferenças entre os habitantes da zona rural e os da zona urbana são evidentes, inclusive no que diz respeito à qualidade de vida. Os habitantes da zona urbana têm acesso aos serviços de saneamento básico e de educação fornecidos pela cidade, além de morarem em casas de alvenaria. Por outro lado, os moradores da cidade e os residentes no Sítio São João vivem em condições que não diferem muito da época da escravidão, não tendo assistência básica oferecida pelo Estado.

Destacamos que uma das dificuldades encontradas pelos Rufinos está no acesso à comunidade, durante o inverno, quando as inundações ocorrem e as pontes são danificadas, eles ficam isolados, sem ter acesso

às estradas. Dessa forma, a população é obrigada a esperar ao longo de anos para que as pontes sejam reconstruídas. Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de presenciar os trabalhos de renovação de uma ponte, bem como as consequências da falta de chuva na região.

Concluimos que existe uma carência de publicações sobre a comunidade dos Rufinos, ficando seu conhecimento restrito aos pesquisadores e estudantes locais. Assim, esperamos que este artigo contribua para a ampliação do conhecimento atualmente disponível sobre as comunidades quilombolas do semiárido brasileiro e reverta a narrativa dominante da inexistência de descendentes de escravos nessa região. Por fim, buscamos ampliar a visibilidade do quilombo do Sítio São João e das condições daqueles que ali vivem.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. N. *Irmandade dos negros do Rosário de Pombal*. João Pessoa, PB: Imprel, 2014.

BARREIRA, I. A. F. Conflit politique, violence et dénonciation, les femmes comme protagonistes du ressentiment: au nord-est du Brésil. *Déviance et Société*, v. 41, n. 2, p. 203-37, 2017.

BARTHÉLEMY, G. *L'univers rural Haïtien*. Le pays en dehors. Paris: L'Harmattan, 1990.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAVINGNAC, J. A. Os “trancos velhos” e os “quilombinhos”: memória genealógica, território e afirmação étnica em Boa Vista dos Negros (RN). *RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais, Campinas, SP*, v. 2, n. 2, p. 11-41, set. 2008.

CUNHA, M. S. C. *Matutos ou astutos? Oligarquia e coronelismo no Pará republicano (1897-1909)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2008.

FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.

FERNANDES, F. *A Integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca)*. São Paulo: Globo, 1964.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. *Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

KENNY, M. L. *Deeply rooted in the present: heritage, memory, and identity in brazilian quilombos* (Teaching Culture: UTP Ethnographies for the Classroom). Publisher: University of Toronto Press, Higher Education Divi Publication. Trade Paperback (English), 2018.

SANTOS, T. R.; SILVA, P. H. C.; GERMANI, G. I. As metamorfoses da questão quilombola na Bahia. GT27 – Movimentos campestinos e indígenas na América Latina. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28., 6-11 set. 2011, Recife, PE. *Anais* [...]. Recife: UFPE, 2011. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar\\_santossilvagermani\\_metamorfosequestaoquilombolabahia.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_santossilvagermani_metamorfosequestaoquilombolabahia.pdf). Acesso em: 3 mar. 2019.

SILVA, J. C. *Comissão Pastoral da Terra – CPT divulga o relatório ‘Conflitos no Campo Brasil 2016’*. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/04/18/comissao-pastoral-da-terra-cpt-divulga-o-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2016/>. Acesso em: 4 mar. 2019.

SIMÃO, M. S. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil no século XVIII*. 2010. Dissertação (Mestrado em História da África)- Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

